

NÚCLEO DE ARQUITETURA, URBANISMO E TECNOLOGIAS

ARQUITETURA, ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

ARCHITECTURE, LIVING TOGETHER SPACES AND ESPECIAL EDUCATION

Agda Patrícia Felizardo*

Antonio Manuel Nunes Castelnou**

RESUMO:

Este artigo enfoca, de modo geral, a questão do desenvolvimento de espaços de convivência voltados a indivíduos portadores de necessidades especiais. Através de uma revisão bibliográfica e de uma conceituação básica sobre Educação Especial, pretendeu-se levantar alguns pontos relacionados à concepção e projeto de espaços arquitetônicos que reúnam condições de abrigar as necessidades pedagógicas para o tratamento desses indivíduos, e, ao mesmo tempo, possibilitem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e reincorporação efetiva à sociedade, que por muito tempo os menosprezou.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Projeto; Espaços de Convivência; Educação Especial.

ABSTRACT:

That article focuses, generally speaking, the subject of living together spaces development directed the special necessities individuals. Through the bibliographic review and the Special Education conceptualization, it was intended to raise some points related to conception and project of architectural spaces that congregate conditions to shelter pedagogical necessities for the treatment of these individuals and, at the same time, make possible the full development of its potentialities and real reincorporation to the society, that for much time slight them.

KEY-WORDS: Architecture; Architectural Project; Living Together Spaces; Especial Education.

1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a excepcionalidade foi considerada sinônimo de loucura. Incompreendida pela maioria das pessoas, era vista como castigo dos céus, morada do demônio ou ainda um mistério da mente humana que não podia ser desvendado por nós, meros mortais. Com os avanços da ciência, começou-se a entendê-la melhor, assim como a buscar formas de tratamento e, principalmente, educação. Os indivíduos ditos excepcionais passaram a serem vistos sob outros olhos, inclusive com direitos e obrigações diante da sociedade que por muito tempo os discriminou e isolou. Inúmeras foram as ações que buscaram – e buscam até hoje – a sua integralização política, econômica, social e cultural. Dotados de características próprias, necessitam cuidados especiais e, portanto, espaços arquitetônicos que possibilitem o seu desenvolvimento completo e verdadeiro.

*Acadêmica (em 2002) do 5º ano do Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil. Elaborou seu *Trabalho Final de Graduação (TFG)* na área de Projeto de Edificações, sob o título “Anteprojeto de um Centro de Convivência Especial em Sertãozinho PR”.

**Orientador do TFG. Arquiteto e engenheiro civil. Mestre em Tecnologia do Ambiente Construído pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo – EESC/USP. Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Docente na área de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil.

De modo geral, com base nos estudos da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, pode-se dizer que os princípios que regem a educação especial são basicamente três: a *normalização*, que deve ser entendida como o objetivo; a *integração* como processo; e, finalmente, a *individualização* como meio de atingi-la. Estas etapas têm sua origem muito mais antiga que a própria história da educação especial, fundamentadas em princípios difundidos por vários movimentos, que, desde muito cedo, estruturaram as políticas de atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais. Da mesma forma, é importante lembrar que “normalizar” não significa tornar o excepcional normal, mas que a ele sejam oferecidas condições de vida idênticas as que outras pessoas recebem.

Neste artigo, procura-se apresentar algumas considerações sobre a educação especial, principalmente quanto à sua relação com a arquitetura. A partir de uma conceituação básica e de um panorama geral sobre a evolução histórica de seu tratamento, destaca-se, no caso brasileiro, o papel das *Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae*. Na seqüência, aborda-se as questões relacionadas ao desenvolvimento dos espaços arquitetônicos voltados à convivência social e política, de modo a apontar, finalmente, alguns aspectos de relevância referentes ao tema, em especial quando da concepção e projeto de espaços de convivência destinados a esses indivíduos com condições e necessidades especiais. Longe de esgotar o assunto, pretende-se aqui despertar o interesse para o estudo nessa área, o qual é ainda incipiente, comparativamente à importância acadêmica que o tema tem adquirido em décadas recentes, não somente no Brasil como em todo o mundo.

2. O QUE É EDUCAÇÃO ESPECIAL

O termo “educação” provém do latim *educatio*, que significa a ação de criar, relacionando-se desde a instrução básica até a própria alimentação de um indivíduo. Segundo a Grande Enciclopédia Larousse Cultural (1998), trata-se, de modo geral, da atividade de desenvolver as faculdades psíquicas, intelectuais e morais de uma pessoa. Para a sociologia da educação, surgida com Émile Durkein (1858-1917), os comportamentos familiares e parentais desempenhariam um papel determinante na socialização da criança, embora não sejam os modelos de referência mais importantes na educação propriamente dita. O objetivo básico da sociedade estaria justamente em reproduzir, através da educação, os modelos de referência no interior dos quais se situariam os indivíduos de uma nova geração.

Assim, a *escola* teria um papel fundamental e positivo, quando funciona normalmente na vivência cotidiana da criança. No caso inverso, cumpriria um papel negativo no sentido de acentuar as disparidades sociais. A sociologia da educação também procura, desta forma, refletir sobre os efeitos uniformizadores do sistema escolar, na medida em que, tal como é praticada, viria privilegiar os valores das classes dominantes: a aquisição de cultura passaria então a estar ligada à hierarquia dos valores que a escola veicula. É aqui que se insere a questão da chamada *educação especial* ou *especializada*, que consistiria no conjunto de medidas e de instituições que organiza a reeducação de crianças excepcionais, inaptas e/ou deficientes; ou ainda a reinserção social de delinquentes. A partir deste ponto, torna-se fundamental entender o que significa a dita excepcionalidade de uma criança.

A *deficiência mental* pode ser considerada uma patologia crônica e universal, a qual atinge o indivíduo durante o seu desenvolvimento neuropsico-motor. Deste modo, conforme Coelho-Sant'Ana (1988), constitui-se de um transtorno do funcionamento e da conduta humana, originada por vários fatores, incluindo aqueles biológicos, psicológicos, culturais e educacionais. Aqui se torna evidente como será muito mais complexo conseguir alcançar uma definição exata para o termo do que se imagina. Basicamente, a deficiência mental de um indivíduo pode ser resumida como sendo o funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, o que existe concomitantemente a um déficit no comportamento adaptativo e que se manifesta durante o seu desenvolvimento.

Logo, a definição do que seria uma *criança excepcional* também é bastante abrangente. Várias tentativas já foram feitas no sentido de se tentar chegar a um ponto comum entre todas as definições, que devem acima de tudo ser bem elaboradas para que possam ser realmente compreendidas. Tal termo pode ser usado, por exemplo, quando se refere a uma criança particularmente inteligente ou que possui talentos pouco comuns. Existem ainda os casos em que é aplicado a crianças atípicas, que se desviam da norma. Contudo, atualmente, o termo vem sendo usado para definir tanto crianças deficientes como crianças talentosas. Assim, pode-se dizer que excepcionais são aqueles que se diferem da criança típica ou normal por fatores, tais como suas características mentais, neuro-motoras ou físicas; suas capacidades sensoriais e de comunicação; seu comportamento social; ou ainda suas deficiências múltiplas. Todas essas diferenças devem ser notadas a ponto de requerer modificações nas práticas escolares correntes; ou mesmo de necessitar de serviços especiais de educação.

De acordo com Kirk-Gallagher (1991), as crianças excepcionais são com frequência agrupadas em categorias para facilitar a comunicação entre os especialistas, sendo comum encontrar grupos enumerados de 1 a 5. O *Grupo 1* seria composto por crianças com desvios mentais, que incluem indivíduos intelectualmente superiores e lentos quanto à capacidade de aprendizado; o *Grupo 2* envolveria crianças com deficiências sensoriais, incluindo aquelas com problemas auditivos e visuais; e o *Grupo 3* crianças com desordem de comunicação, incluindo distúrbios de aprendizagem e deficiência de fala e linguagem. Por sua vez, o *Grupo 4* estaria composto por crianças com desordens de comportamento, incluindo distúrbio emocional e desajustamento social e, por fim, o *Grupo 5*, onde estariam crianças com deficiências múltiplas graves, incluindo várias combinações, tais como a paralisia cerebral e retardamento mental, surdez e cegueira, deficiências físicas e intelectuais graves.

Essa classificação viria facilitar o caminho para o tratamento adequado a ser aplicado a cada caso. As crianças classificadas no *Grupo 1* de desvios mentais constituir-se-iam de pessoas com funcionamento intelectual abaixo ou acima da média, podendo ser crianças com *deficiência mental educável*, significando uma leve deficiência, esta diagnosticada na escola quando a capacidade de aprendizagem tivesse sido mais exigida. Para este tipo de lesão, estuda-se a possibilidade dessas crianças freqüentarem uma classe normal ou um programa especial separado desta; ou ainda, em um terceiro caso, fazer uma combinação entre as duas hipóteses. O principal objetivo que deve ser alcançado com este tipo de tratamento seria o de se fazer com que a criança aprenda as habilidades básicas ensinadas nas escolas, tais como leitura, escrita, aritmética, habilidades manuais e outras.

Da mesma forma, no *Grupo 1*, ainda segundo Kirk-Gallagher (1991), também podem ser encontradas crianças com *deficiência mental treinável*, quando seu grau de deficiência passa a ser considerado moderado, apresentando dificuldades para aprender, em qualquer nível da escola. Sua deficiência seria geralmente notada devido a desvios físicos ou clínicos, sendo a forma de tratamento que este tipo de deficiente mental necessita tanto a integração com as outras crianças como com o lar e a comunidade, além das práticas de trabalho. Por último, nesse mesmo grupo, podem-se encontrar os *deficientes mentais graves e profundos*, que possuem problemas múltiplos, tais como deficiência mental e paralisia cerebral, ou ainda perda auditiva. Neste nível de deficiência, procura-se mostrar à criança como se sentar à mesa; como beber; como tirar a calça, camisa ou casaco, na tentativa de alcançar um nível modesto de sucesso em cuidados pessoais.

Quanto ao *Grupo 2*, este seria composto por crianças com *deficiências sensoriais*, o que incluem os deficientes auditivos e visuais, os quais cada um recebe um tipo de tratamento. Para crianças com problemas visuais, por exemplo, a identificação pode ser feita na própria escola, quando se percebe que o indivíduo não consegue ler no quadro de seu lugar – ou aperta os olhos para ler –, sendo o professor a principal fonte de identificação deste problema. Basicamente, a educação de crianças com deficiência visual não diferiria em quase nada da educação daquelas com visão normal a não pelo fato das primeiras poderem estar matriculadas em uma classe especial, onde em geral requereriam um ensino concentrado durante quase todo o dia ou boa parte dele. Além disso, um professor especializado ofereceria juntamente com outros especialistas um ensino que enfatizaria tanto as habilidades nas disciplinas escolares quanto o desenvolvimento de habilidades especiais, como aprender a usar a *linguagem braille*, a qual dá acesso a todo o mundo aos que não vêem.

138

No caso de crianças com deficiência auditiva, estas apresentariam alguns problemas mais difíceis de serem resolvidos comparativamente às deficientes visuais. A perda da audição interfere tanto na recepção da linguagem quanto na sua produção, fazendo com que a criança sofra para se ajustar social e academicamente. Conforme Kirk-Gallagher (1991), enquanto uma *pessoa surda* seria aquela cuja audição é tão falha que não consegue entender, com ou sem a utilização de aparelho auditivo, a fala através do ouvido, uma *pessoa com audição reduzida* seria aquela cuja audição é tão deficiente que dificulta, mas não impede, a compreensão da fala. Ambos os tipos seriam identificados antes de entrarem na escola, enquanto que as crianças com deficiência leve ou moderada tenderiam a ser negligenciadas, pois muitas vezes esta condição se assemelha a outros distúrbios, tais como deficiência mental ou problemas comportamentais. Infelizmente, a aprendizagem dessas crianças conta com professores sem muita experiência, necessitando assim adequações.

No *Grupo 3*, ainda segundo Kirk-Gallagher (1991), estariam as crianças com desordem de comunicação, ou seja, que demonstram certo conhecimento das necessidades do sistema lingüístico proporcional à norma esperada. Tipicamente, uma criança seria chamada *deficiente da fala* quando as suas habilidades de linguagem primária fossem deficientes em relação às expectativas para sua idade cronológica. Um indivíduo com este tipo de deficiência não exigiria grandes adaptações para fins educacionais, não sendo necessárias classes especiais, mas apenas uma assistência às prováveis dificuldades de articulação. Portanto, uma criança com deficiência da fala, com um padrão de desenvolvimento de certo modo normal, não diferiria acentuadamente das outras crianças. Para que esta possa ter uma melhora significativa, dependendo do nível de

cada problema, é necessário que exista uma grande variedade de exercícios que a possibilitem recuperar a fala.

Em relação ao *Grupo 4*, este abrigaria as crianças com desordem de comportamento por apresentá-lo inadequado para sua idade em um período ou outro. As próprias escolas podem identificar tais crianças, embora os testes sejam eficazes somente se o pessoal estiver devidamente treinado. Uma das técnicas utilizadas seria a do autocontrole do indivíduo: isto significa que o professor deve trabalhar com ele no sentido de tentar melhorar uma série de habilidades de autoconscientização, a fim de que possa aumentar o seu próprio controle sobre sua hiperatividade e falta de atenção. As modificações feitas no ambiente de aprendizagem para tratar de crianças com esses problemas seriam geralmente planejadas com o intuito de melhorar as interações do indivíduo com o ambiente.

Finalmente, no *Grupo 5*, localizar-se-iam as crianças com deficiências múltiplas, severas e físicas. Estas reuniriam todos os indivíduos que têm uma deficiência mental moderada, grave ou profunda, além dos que possuem distúrbios emocionais, e todos os indivíduos com deficiência mental moderada e profunda que têm pelo menos mais de uma deficiência, ou seja, auditiva, visual, paralisia e outras. O desenvolvimento dessas crianças normalmente é baixo, repetindo-se em todos as áreas de desenvolvimento social, intelectual e lingüístico. Estes indivíduos reagiriam emocionalmente a coisas que gostam e que não gostam; e seu desenvolvimento acadêmico poderia às vezes ultrapassar o limite do razoável. Os avanços da medicina têm feito com que muitos problemas especiais sejam superados e muitas crianças têm sobrevivido a condições de saúde e físicas difíceis.

3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRATAMENTO

Historicamente, pode-se afirmar que houve um grande progresso no que se refere ao tratamento de pessoas com necessidades especiais, pois hoje seus limites e suas capacidades são estudados até o ponto de poderem facilitar o desenvolvimento de suas habilidades. Segundo Campos (1995), constatou-se que existiram quatro estágios de evolução histórica das atitudes em relação às crianças excepcionais. O primeiro deles, que perdurou ainda na era cristã, tendia a negligenciar e também maltratar os deficientes, chegando-se ao extremo de sacrificar os bebês que nasciam com deformações ou alguma deficiência. Na Idade Média, em um segundo estágio, principalmente com a difusão do cristianismo, passou-se a protegê-los e a se compadecer deles. Até os séculos XVI e XVII acreditava-se que as pessoas com deficiência eram possuídas por demônios ou espíritos maléficos.

Na era medieval, de acordo com a Enciclopédia Conhecer Nosso Tempo (1974), encarava-se a loucura como parte da experiência pessoal, sendo que, para a Igreja, tratava-se de uma espécie de possessão demoníaca. Assim, até por volta do século XV, a loucura foi relacionada à bruxaria e aos hereges. Já durante a Renascença, não se criaram tantas barreiras aos loucos, pois se considerava a loucura como uma outra forma de razão. Para o humanista holandês de expressão latina Erasmo de Roterdã (1469-1536), em seu *Elogio da loucura* (1511), a loucura era uma espécie de “condimento”; um antídoto para a monotonia da existência bem regrada. No entanto, a partir dos séculos seguintes, ela passou a se tornar sinônimo de desvio da norma e os loucos começaram a ser encarcerados em asilos.

Durante o terceiro período, o qual abrangeu do Renascimento até meados do século XVIII, à medida que o progresso da revolução científica e do racionalismo foi se processando, a idéia de que pessoas pudessem ser tomadas por espíritos foi sendo abandonada. Por outro lado, alguns enciclopedistas interessaram-se pelo problema da insanidade mental. Segundo percebiam, rotular sumariamente como “louco” alguém que não se comportasse como os outros era, pelo menos, muita pretensão por parte dos médicos, que não conseguiam sequer definir o que fosse essa coisa chamada “loucura”. Algumas definições e dicas sobre a suposta loucura lhes pareciam tão extravagantes quanto os próprios delírios dos chamados *doentes mentais*. Muitos optaram por uma visão *mecanicista* da loucura: como o corpo humano normal podia ser comparado a uma máquina de bom funcionamento, o louco era simplesmente uma máquina “desarranjada”.

Tentando assim explica a causa desse “desarranjo”, aventaram-se as mais curiosas hipóteses, tais como a inflamação da *glândula pineal* ou a má circulação dos humores cerebrais, além de várias outras. As curas eram também adequadas a essas causas; iam dos banhos quentes e frios; da hidroterapia aos laxantes, sangrias e águas magnéticas. Implicitamente, para esses racionalistas, os loucos eram *não-homens*. Perguntavam-se: se o homem se define pela razão, como pode alguém que perdeu a razão continuar a ser homem? Para tanto, deviam existir instituições especializadas no tratamento – ou reclusão – desses indivíduos. Nasceram assim os *hospícios* – do latim *hospitium*, hospedaria – dos séculos XVIII e XIX, instituições fundadas para oferecer uma educação à parte, o que representou, sem dúvida, um grande avanço. Esses hospícios eram, na verdade, “oficinas para conserto”, onde os loucos deviam voltar a ser homens, reintegrados no que os racionalistas garantiam ser a *Razão*, essência do Homem.

O médico francês Philippe Pinel (1745-1826) foi um dos responsáveis pela modificação da estrutura dos hospitais psiquiátricos, soltando das correntes os loucos internados, que antes eram presos nas celas do edifício. Ao considerar a alienação mental como uma enfermidade comparável às doenças orgânicas, inaugurou o tratamento médico da loucura. Contribuiu para o estabelecimento do quadro nosológico das doenças mentais, através de *Nosologia filosófica* (1798-1818), e dedicou-se ao tratamento moral da loucura, sendo considerado o pai da psiquiatria. Foi ele, enfim, quem iniciou, do ponto de vista histórico, uma atitude mais humanitária para com os doentes mentais.

Entretanto, segundo Wilson (1969), depois de Pinel, a situação do doente mental fundamentalmente não se modificou, pois, apesar do ambiente passar a ser menos agressivo e punitivo, os hospícios mantinham com seus pacientes a mesma relação de autoridade das prisões, só que no lugar do controle policial havia o médico. Foi no último período do tratamento dos deficientes, o qual chega até os dias de hoje, que se observou um movimento que tende a aceitar essas pessoas e procurar integrá-las, tanto quanto possível, à sociedade, através de práticas educacionais e de socialização especiais. Na passagem do século XIX para o XX, com a *Teoria do Inconsciente* do médico austríaco Sigmund Freud (1856-1939), o fundador da psicanálise, a loucura finalmente deixou de ser tratada como algo incompreensível e absurdo para se tornar uma expressão carregada de sentido: uma tentativa de regularizar conflitos originados na infância. Contudo, apesar da visão psicanalítica trazer para este tema uma explicação mais realista e humana, ela não esgotou totalmente o assunto.

Psiquiatricamente, a loucura é hoje definida como uma doença que pode ter origens genéticas, sociais, psicológicas e físicas. Trata-se de uma manifestação psicótica, uma ruptura com a realidade, e, dentre as psicoses, a *esquizofrenia* seria a mais comumente relacionada à loucura. Vale destacar que mais recentemente as doenças mentais ou a loucura também foram vistas sob uma perspectiva política. Exemplificando, para Franco Basaglia (1924-1980), o hospício pode ser entendido como uma edificação construída para controlar e reprimir trabalhadores que perderam a capacidade de responder aos interesses capitalistas de produção. Na verdade, considera-se louco não o doente segundo a definição clínica, mas aquele que, não sendo mais capaz de produzir também acaba por abalar os interesses e convicções da sociedade a que pertence. Do mesmo modo, não se considera louco alguém doente segundo a definição clínica, mas que continua produzindo e defendendo os valores vigentes, como, por exemplo, um policial torturador.

No Brasil, os primeiros hospitais a tratarem de pessoas deficientes ou especiais foram as *Santas Casas*, mantidas por irmandades de misericórdia, nos moldes portugueses. As primeiras instituições nacionais apareceram por volta de 1540, em Olinda PE e Santos SP. A partir do século XVII, surgiram os hospitais militares e as enfermarias mantidas por ordens religiosas. Foi no século XVIII que apareceram os *lazaretos* para hansenianos e as *enfermarias*, nas cidades, destinadas a presos e funcionários públicos, e, nas fazendas, aos escravos. Os hospícios foram instalados a partir do século XIX, ao mesmo tempo em que hospitais foram sendo criados, desta vez voltados ao tratamento de todas as classes sociais. Hoje em dia, existem métodos de educação e profissionalização aplicáveis a cada tipo de excepcional, embora nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a rede assistencial ainda não atinge grande parte dos necessitados.

4. PRINCIPAIS OBJETIVOS DA APAE

A primeira *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae* foi fundada em 11 de dezembro de 1954, no Rio de Janeiro, então capital federal, e tratava-se de uma sociedade civil, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos e com duração indeterminada. A partir dessa data, muitas outras associações do mesmo gênero surgiram no país e, em 1962, foi então criada a *Federação Nacional das Apace*. Atualmente, essas entidades estão presentes em mais de 2.000 municípios brasileiros, favorecendo cerca de 200.000 pessoas portadoras de necessidades especiais e constituindo-se no maior movimento comunitário do mundo.

De modo geral, conforme o *site* da Apae (2002), o *Movimento Apaceano* visa integrar a comunidade em geral, para que, em parceria com órgãos governamentais, se garanta a eficácia dos direitos sociais às pessoas portadoras de deficiência, estes assegurados pela Constituição Federal, em seu artigo 208, inciso III. Segundo este, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a estes indivíduos o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com o parágrafo 1º, o Estado promoverá “programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo aos preceitos descritos no inciso II”, ou seja, a criação de programas de

prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental; bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência; e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceito e obstáculos arquitetônicos. Acrescenta-se ainda que, conforme o parágrafo 2º, a lei “disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

Basicamente, os objetivos da Apae são os de cooperar com as instituições empenhadas na educação, desenvolvimento e integração social do excepcional, além de motivar a comunidade a melhor conhecer a causa do excepcional e a cooperar com as entidades interessadas na sua defesa. A instituição visa também promover entendimentos com todos os setores de atividades, contribuindo para a criação de oportunidades adequadas de trabalho para o excepcional; assim como manter, estimular e auxiliar na criação de cooperativas, escolas especializadas, oficinas pedagógicas, oficinas protegidas, classes especiais e seções especializadas em entidades públicas e privadas. As Apae têm o intuito de contribuir para a intensificação de intercâmbios entre as entidades, e instituições oficiais e particulares congêneres voltadas ao atendimento do excepcional, mantendo publicações de boletins, jornais e outros, sobre trabalhos e assuntos de interesse; realizando campanhas financeiras de âmbito municipal; e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de levantamento de fundos destinados a auxiliar as obras de assistência ao excepcional, bem como a realização das finalidades da Apae.

A entidade visa ainda conveniar com órgãos públicos – federais, estaduais e municipais –, bem como solicitar e receber auxílios ou subvenções de órgãos públicos ou particulares, fiscalizando o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla Apae; e firmando convênios com entidades análogas, órgãos públicos e empresas, para concepção, desenvolvimento, aprovação, produção industrial e comercialização de material escolar, educacional, médico e outros, destinados a suprir carências e abastecer a associação, de forma adequada e a baixo custo. Assim, as Apae promovem meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares, tais como colônias de férias, jardinagem, clubes, etc., assim como centros de profissionalização para o excepcional. Buscam também criar e auxiliar na manutenção de lares para o excepcional; e oferecer oportunidade a que as pessoas excepcionais possam participar de Conselhos, Diretorias ou Comissões Especiais da própria Apae, prestando serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela..

Ainda de acordo com o *site* da Apae (2002), esta possui, além de todos esses objetivos acima descritos, uma missão importante: a de primeiramente prevenir a deficiência e também capacitar e integrar a pessoa portadora de deficiência à sociedade por meio de estimulação, através de ações pedagógicas, terapêuticas e do trabalho. A função da Apae, após diagnosticar ou detectar a deficiência, seria a de agir tecnicamente para que o portador tenha as melhores condições de se desenvolver. Deste modo, o atendimento realizado pela instituição abrangeria as áreas de assistência social, psicologia, pedagogia, fonoaudiologia, fisioterapia, odontologia, educação física, artes e trabalhos manuais. Não há restrições quanto à faixa etária das pessoas atendidas, sendo basicamente seu público-alvo formado por pessoas, na sua grande maioria, carente e sem condições de serem tratadas por profissionais e escolas particulares. Hoje em dia, a Apae conta com um grande movimento que apóia e fiscaliza sua missão e objetivos. Este movimento tem apresentado

resultados muito positivos, pois, em cerca 47 anos de trabalho, foram criadas mais de 1.500 associações, espalhadas por vários municípios brasileiros, de norte a sul do país. Tal ação ficou sendo conhecida como *Movimento Apaeano*, no qual estão incluídos milhares de pessoas que lutam pela defesa de uma causa: a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência, o que unem amor e profissionalismo para diminuir a exclusão social de aproximadamente 10% da sociedade brasileira.

5. ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS DE CONVIVÊNCIA

O entendimento sobre a razão de ser dos espaços de convivência passa, sem dúvida, sobre a concepção do que seja lazer e também de seu papel dentro de uma sociedade. Conforme Camargo (1998), o termo “lazer” vem do latim *licere*, que significava “ser permitido”, sendo sua aplicação bastante antiga. Na verdade, surgiu na civilização greco-romana, já desde então como o oposto do trabalho. O ideal do cidadão livre, tanto em Atenas como em Roma antigas, até a consolidação do cristianismo, era a plena expressão de si mesmo nos planos físico, artístico e intelectual. As caçadas, os exercícios físicos, as artes, as letras, a filosofia e a especulação científica eram as únicas ocupações dignas de um homem livre e aceitas pelos seus pares. Essas civilizações, berços da sociedade ocidental, foram as que inventaram a cultura do lazer, mas não souberam nem quiseram democratizá-la.

Durante o Império Romano, o lazer foi amplamente difundido, com a intenção de fazer com que a população se esquecesse dos problemas. Este período inclusive ficou conhecido pela chamada *política do pão e circo*, na qual os teatros tiveram grande papel. Ao contrário do teatro grego que, com fileiras de assentos, adaptava-se a depressões de terrenos e necessitava de uma construção somente para cima, o teatro romano era construído sobre um terreno plano. Na Grécia, encontra-se como exemplo máximo de espaço para o lazer o *Teatro de Epidauro*, este construído por Policleto, o Jovem. Uma invenção romana foi o *anfiteatro*, do qual são conhecidos cerca de 70 e cuja construção corresponderia a dos teatros recentes.

Entretanto, os teatros tiveram seu desenvolvimento definido realmente no decorrer da Renascença, a partir da evolução do modelo italiano para a ópera. Mais tarde, no século XIX, sua arquitetura apropriou-se simultaneamente dos estilos históricos como símbolo social e cultural, como, por exemplo, a famosa *Ópera de Paris*, projetada por Charles Garnier (1825-1898) e utilizada como modelo para inúmeros prédios teatrais do mundo inteiro, inclusive o Brasil, como o *Teatro Municipal de São Paulo*. Além dos espaços teatrais, o lazer e a cultura encontraram outros espaços para acontecer e se desenvolver. No decorrer da Idade Média, ocorreu um grande e gradativo aumento da população, o que conduziu ao desenvolvimento das cidades. O comércio ganhou impulso com a evolução dos transportes a longas distâncias, o que fez nascerem às *feiras livres*, que eram nada mais que uma espécie de mercados periódicos, que se estabeleciam em determinadas localidades, geralmente uma vez por ano, constituindo em um grande acontecimento social, com festas e competições.

Em nosso país, as feiras livres acontecem em praças e ruas desde o período colonial, nas quais eram e são comercializados vários produtos, desde pescados que chegavam em barcos até alimentos e objetos de todos os gêneros. A realização deste tipo de comércio no mundo e no Brasil acaba gerando uma grande concentração de pessoas, que saem de suas residências

para observar e consumir nestes locais, fazendo desse um espaço essencialmente voltado para o lazer e a convivência social. Está aí basicamente a origem dos locais de encontro e troca urbana, muitos deles materializados através dos antigos mercados cobertos, construídos no século XIX e transformados em monumentais lojas de departamento e, depois, nos atuais *shopping centers* das metrópoles no mundo contemporâneo.

De modo geral, podem ser classificados como *praças* todos os espaços urbanos abertos como clareiras na floresta dos edifícios, tais os largos, os adros das igrejas, as esplanadas, os jardins e, principalmente, a praça propriamente dita, que têm constituído, através de milênios, o mais típico lugar da vida na cidade. De acordo com Graeff (1986), as praças são o lugar do encontro e da comunicação; e do comércio direto de produtos, mercadorias, informações e idéias. Trata-se também do local de grandes festas populares, das manifestações e, não raro, das mais graves decisões políticas. A idéia de coração da cidade nasce, aliás, da existência na maior parte das povoações de espaços que se caracterizam como lugares de concentração das pessoas; centros e fontes da vida urbana. No antigo Egito e Oriente Próximo, por exemplo, as pessoas reuniam-se à sombra dos templos ou sob a proteção e a vigilância dos palácios. Assim, essas edificações constituíam-se nos focos das estruturas urbanas. Originalmente, foi na Grécia que a *ágora* dominou a estrutura física e foi suporte do sistema moral e político da cidade. Em nenhum lugar como aqui os espaços destinados à reunião pública mereceram tão carinhosa atenção, e somente se pode entender tal atitude como um reflexo das concepções democráticas dos gregos.

No Renascimento, as praças adquiriam também um valor estético na composição urbana, principalmente a partir do período barroco. É indiscutível a importância de locais como a *Piazza del Capitólio*, criada por Michelangelo Buonarroti (1475-1564) em Roma; ou ainda das praças barrocas que transformaram a cidade em um modelo para o mundo ocidental, tal como a *Piazza Navona*, de Gian Lorenzo Bernini (1598-1680). Hoje, seu traçado mundial é bastante variado, assim como suas funções urbanas, destacando-se aquelas de valor cívico, como a *Praça dos Três Poderes* de Brasília DF. Destinadas conceitualmente ao lazer, as praças permanecem como importantes centros de convivência urbana e lazer até hoje.

Tanto para Guerra (1983) como para Dumazedier (1986), o *lazer* pode ser conceituado como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se integrar de livre vontade, seja para repousar, seja para se divertir, recrear-se, entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, através de sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após se livrar ou se desembaraçar das obrigações profissionais, familiares e sociais. Já para Marcellino (2000a), o lazer é entendido como cultura, esta compreendida no seu sentido mais amplo e vivenciada no tempo disponível. É fundamental como traço definidor do lazer o caráter desinteressado dessa vivência, não se buscando, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. Sendo uma cultura vivenciada no tempo disponível, o lazer não pode ser considerado em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e com as demais esferas da vida social, combinando os aspectos tempo e atitude.

Para muitos, a concepção de lazer é vista como fruto da sociedade urbano-industrial. Conforme Dumazedier (1986), esta possuiria três funções: a de *descanso*, onde se libera da fadiga, sendo o lazer um reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho; a de *divertimento*, que compreenderia a recreação e o entretenimento; e a função de *desenvolvimento*, que dependeria do

automatismo do pensamento e da ação cotidiana, já que permitiria a participação social maior e mais livre. Sabe-se que historicamente a prática e a técnica ofereceram novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais, possibilitando assim o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, mas ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade.

De acordo com Marcellino (2000b), os conteúdos do lazer podem ser os mais variados e, para que uma atividade possa ser entendida como lazer, é necessário que atenda a alguns valores ligados aos aspectos tempo e atitude. Descansar; “recuperar as energias”; distrair-se; entreter-se; recrear-se, enfim, o descanso e o divertimento seriam os valores comumente mais associados ao lazer, devendo-se ainda levar em conta as atividades educativas e pedagógicas. Para Guerra (1983), a palavra “recreação” provém do verbo latino *recrear*, que significava reproduzir; renovar. A recreação, portanto, compreenderia todas as atividades espontâneas, prazerosas e criadoras, que o indivíduo busca para melhor ocupar seu tempo livre. Deve principalmente atender aos diferentes interesses das diversas faixas etárias e ainda dar liberdade de escolha das atividades para que o prazer seja gerado.

Pode-se dizer que a recreação teve sua origem na Pré-História, quando o homem primitivo se divertia festejando o início da temporada da caça ou a habitação de uma nova caverna. Essa manifestação da vida humana transformou-se em danças primitivas com caráter de adoração, em rituais fúnebres ou na evocação dos deuses. Com os aspectos recreativos de alegria e vencimento de um obstáculo, as atividades sociais representadas pelos jogos coletivos de culto religioso, foram divulgadas de geração em geração pelas crianças em forma de brincadeiras. Exemplificando, segundo Duarte (2000), o esporte sempre acompanhou o homem na necessidade que fez com que ele praticasse natação, arco e flecha, luta e outros. Hoje em dia, os esportes encontram-se mais presentes no cotidiano das pessoas. Ao mesmo tempo, conforme Lindenberg apud Belanger (2001), tecnologia e ciência estão cada vez mais ligados às atividades humanas, não sendo diferente nos esportes.

A variedade de esportes que começaram a ser praticados fez com que fosse necessário desenvolver espaços apropriados. As *quadras poliesportivas* chamam-se assim porque possuem diversas quadras para diferentes práticas, formando um complexo desportivo, estas incluídas dentro de um retângulo que corresponde às dimensões da maior delas. Não se pode dizer que se trata de uma série de campos para a prática de esportes dispostos um ao lado do outro, mais sim a incorporação das mesmas em uma só superfície, sendo uma solução nascida da necessidade de arranjar espaços para a prática de voleibol, basquetebol, futebol (suíço), ginástica, etc. Os novos processos construtivos, tais como o emprego de estruturas metálicas e concreto armados, vêm dar novas dimensões e características às instalações esportivas contemporâneas. Novos esportes também vêm surgindo, tais como o automobilismo, o pára-quedismo e o motociclismo, que são práticas que na atualidade empolgam através da paixão pela velocidade ou pelos desafios que seus perigos encerram.

Basicamente, os *estádios* apresentam campos para a prática de esportes como o futebol e o atletismo, incluindo saltos com vara, saltos triplos, saltos em distância, arremesso de peso, lançamentos de disco, dardo e martelo, natação, entre outros. Segundo a Coleção Conhecer Universal apud Belanger (2001), Afonso X, o Sábio (1221-1284), rei de Castela e Leon entre 1252 e 1284, afirmava

[...] Deus quis que os homens se divertissem com muitos e muitos jogos, pois eles trazem conforto e dissipam as preocupações da vida. Assim quanto maiores forem as ansiedades, as tensões e a fadiga provocadas pela rotina da vida cotidiana, como acontece nas sociedades contemporâneas, maior é também a necessidade de válvulas de escape, representadas por diversas formas de lazer.

O esporte teria assim uma fundamental importância para o desenvolvimento físico, intelectual e social do ser humano, sendo através dele que as pessoas passariam a se conhecer melhor e a se interagir. Sem dúvida, o século XX foi um período onde a busca pelo lazer e a grande necessidade de se consumir cada vez mais fizeram aumentar a procura por espaços que oferecessem esses tipos de serviço de maneira conjunta. Tal fato vez com que houvesse a explosão dos grandes *shoppings centers*, os quais podem ser conceituados como um conjunto de lojas varejistas, concebido, realizado, possuído e administrado por uma única entidade, em geral longe das aglomerações, oferecendo facilidades para estacionamento de automóveis e adaptado à região que serve, pelas dimensões e tipos de lojas de que se compõe.

Depois das ágoras antigas, das feiras medievais e dos mercados cobertos do século XIX, foram os *shoppings centers* que se constituíram nos espaços arquitetônicos de convivência e lazer urbanos. De acordo com Penna apud Delgado (1996) o ato de comercializar não é novo, mais sim a própria concepção do comércio como expressão de uma nova função social. O comércio vestiu roupagem moderna, adequando-se à realidade contemporânea, para continuar a cumprir sua eterna função e assumir novos significados. Basicamente, o shopping center está para as tradicionais lojas de varejo assim como o supermercado está para os antigos armazéns e açougues da esquina.

Segundo Pevsner (1978), abordando a questão das lojas de departamentos como antecessora dos *shoppings centers* atuais, o primeiro estabelecimento deste gênero surgiu em Nova York, seguido pela empresa denominada *Au Bon Marché*, a primeira de Paris, projetada por Gustave Eiffel (1832-1923), a qual oferecia uma importante colaboração à arquitetura na organização dos grandes espaços internos, principalmente depois de 1952. Na atualidade, os *shoppings centers* tornaram-se espaços para onde não é necessário ir apenas para fazer compras em lojas de *griffes* famosas, mais também locais nos quais pessoas se reúnem para uma comemoração ou mesmo um *happy hour* com os amigos; fazer refeições agradáveis; ir ao cinema ou levar os filhos para se divertirem, o que faz então com que este espaço ganhe características de um verdadeiro espaço de lazer.

Outro programa arquitetônico voltado à convivência e lazer cultural pode ser observado através do *museu*, cuja designação tem origem na palavra grega *mouseion*, que significava “templo das musas”, ou seja, o lugar onde viviam as musas e em que as pessoas exercitavam na poesia e na música seu culto, além de estudos, biblioteca e academia. Basicamente, o *International Council of Museums – Icom* reconhece como museu “a instituição que conserva e apresenta coleções de objetos de caráter cultural ou científico, para fins de estudo, educação e satisfação”. Deste modo, essa denominação abrangeria também galerias permanentes de exposição, dependentes de bibliotecas ou centros de documentação; assim como monumentos históricos, algumas de suas partes ou suas dependências, bem como tesouros eclesiásticos; locais históricos, arqueológicos e naturais, desde que abertos oficialmente à visitação pública; e jardins botânicos e zoológi-

cos, aquários e aviários.

A partir do século XX, ao rol dos museus foram vinculadas às instituições e organizações dos transportes e comunicações, da aviação, dos hospitais, dos teatros, etc. Ao lado deles, surgiram museus destinados a documentar movimentos políticos ou ideológicos, como, por exemplo, o *Museu da Paz*, feito em 1921 em Haia; o *Museu da Revolução*, construído em 1929 em Moscou; e o *Museu do Fascismo*, datado de 1930, Roma. Um marco da arquitetura de museus foi, sem dúvida, o *Solomon R. Guggenheim Museum*, realizado entre 1946 e 1959 em Nova York. No Brasil, os museus, em sua grande maioria, foram fundados no século passado, com exceção do *Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, criado em Recife PE em 1862; e do *Museu de Mineralogia e Geologia da Escola Nacional de Minas e Metalurgia*, localizado em Ouro Preto MG, feito em 1876.

De acordo com Graeff (1986), além dos museus, pode-se citar outros espaços de convivência, lazer e cultura, como as *bibliotecas*, as quais nasceram de simples depósitos de rolos escritos, presentes no corpo de palácios ou templos antigos. Durante a Idade Média, as bibliotecas funcionaram em mosteiros, conventos e igrejas, embora tenham surgido algumas particulares, montadas por grandes senhores, sábios e eruditos, geralmente ligados ao clero; ou ainda bibliotecas de universidades. Contudo, foi também a partir do Renascimento que esta edificação começou a adquirir suas características modernas, as quais abrangiam progressivamente a democratização, a especialização e a socialização, o que acabou gerando um novo espaço para a convivência entre indivíduos e também de acesso à cultura. Conforme o *site Bibliotecas Públicas (2002)*, atualmente existe no Brasil um grande número bibliotecas de importância, como a *Biblioteca Pública do Rio de Janeiro*, a qual foi fundada em 15 de março de 1873, na então capital do Império. O conceito da biblioteca universitária como centralização total do conhecimento foi implantado no país em 1962, através da *Universidade de Brasília – UnB* que, consciente de que o sistema de pequenas coleções dispersas nas unidades de ensino era inadequado e anti-econômico, planejou sua biblioteca como central, de forma a facilitar a interdisciplinaridade.

Segundo Bueno (1999), *convivência* significa familiaridade, trato diário e coexistência. Logo, um espaço de convivência seria o local onde tais qualidades estariam presentes, favorecidas e intensificadas. Além das áreas antigas, medievais e modernas que se prestavam a esse objetivo, tais como praças, feiras livres, mercados cobertos, arenas de esportes e museus, atualmente têm surgido novos empreendimentos, os quais têm o intuito de fornecer toda a infraestrutura necessária ao lazer, recreação e convivência de determinados grupos sociais. Define-se então como *espaço de convivência*, todo aquele, no qual pessoas reúnem-se para comemorar, consumir, divertir-se, aprender, praticar esportes, adquirir mais cultura e assim por diante, de uma maneira que, ao mesmo tempo, possam estar desenvolvendo essas atividades e interagindo umas com as outras.

Concluindo, pode-se dizer que, através da história, foram vários os locais onde a cultura, o lazer e a convivência cívica aconteceram, conforme as transformações sociais, políticas e econômicas que se processaram no decorrer do tempo. Das antigas ágoras aos atuais complexos culturais; dos teatros e museus tradicionais às modernas bibliotecas e centros de pesquisa; das feiras medievais aos contemporâneos *shoppings centers*; as sociedades necessitam espaços

arquitetônicos para a confraternização, a troca de idéias e mercadorias e a vida coletiva. Variando em escala e abrangência, tais espaços de convivência adequam-se cada vez mais a parcelas específicas da sociedade contemporânea, conforme as concepções culturais e morais de cada povo, somado às suas possibilidades econômicas e políticas. Resta agora abordar alguns exemplos correlatos às intenções do presente trabalho, procurando abordar as diferenças tanto a nível programático como técnico e estético.

CONCLUSÃO

Embora a questão da excepcionalidade tenha demorado muito tempo para ser compreendida e completamente desvendada, com os avanços científicos e sócio-culturais da atualidade, cada vez mais aqueles que são considerados “diferentes” passam a serem vistos de modo diferente. Em todos os países, inclusive o Brasil, ela conquistou novas entidades que a estudam, assim como também procuram adequá-la ao cotidiano contemporâneo. São várias as ações que buscam a incorporação desses indivíduos ditos “excepcionais” na vida cotidiana, fazendo parte dessa iniciativa a criação de espaços arquitetônicos corretamente projetados para a convivência e a educação especial, de modo que possibilitem o verdadeiro e completo desenvolvimento de suas potencialidades.

Através da história, foram diversos os locais onde a cultura, o lazer e a convivência cívica aconteceram, de acordo com as transformações sociais, políticas e tecnológicas que se processaram no decorrer do tempo. Das antigas ágoras aos complexos culturais; dos teatros e museus tradicionais às bibliotecas e centros de pesquisa; das feiras medievais aos *shoppings centers*; as sociedades necessitaram espaços para que ocorresse a confraternização, a troca de idéias e também de mercadorias. Variando em escala e abrangência, tais espaços adequaram-se cada vez mais às parcelas específicas da sociedade, conforme as concepções culturais e morais de cada povo, somadas às suas possibilidades econômicas e políticas. Hoje em dia, surgem ações voltadas à criação de espaços democráticos, abertos a todos, independentemente de seu sexo, raça, religião ou camada social. Quaisquer que sejam os indivíduos portadores de necessidades especiais – crianças, idosos, obesos, deficientes físicos ou mentais –, estes têm seu espaço conquistado dia a dia dentro da sociedade, que por muito tempo se voltou apenas às pessoas jovens e saudáveis.

Os excepcionais devem ser aceitos com suas deficiências, pois é normal que toda e qualquer sociedade tenha pessoas com necessidades diversas e, ao mesmo tempo, que é preciso ensinar aos deficientes a conviver com suas dificuldades. Assim, é fundamental ensiná-los a levar uma vida tão normal quanto possível, beneficiando-se das ofertas de serviços e das oportunidades existentes na sociedade em que vivem. Paralelamente, a integração é um processo dinâmico de participação das pessoas em um contexto; e permeia grande parte dos conceitos, constituindo-se na meta maior da educação especial. Logo, pode ser compreendida como a relação de reciprocidade de ação entre o ser humano em contato com o seu meio no sentido da busca, da oferta e do acesso aos benefícios sociais.

Nessa inter-relação, tem-se, de um lado, a pessoa em busca de integração e, do outro, a sociedade com todo seu aparato a serviço deste processo. No caso de portadores de deficiências, a integração deve acontecer no contexto familiar e educacional, cabendo à educação

mediar o processo com a sociedade, bem como oportunizar o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Deste modo, a integração exige mudanças na estrutura da sociedade, implicando em atender as condições e necessidades específicas apresentadas por esse tipo de educando, destacando, entre outras, a adequação de espaços físicos no âmbito escolar e fora dele; a utilização de materiais específicos de apoio e aprendizagem; a formação de professores especializados; o trabalho de equipe multidisciplinar e a criação de suporte técnico à escolaridade, sendo aqui que a educação especial conecta-se com a arquitetura.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE. Disponível em:

<www.apaebrazil.org.br>. Acesso em 15 mar. 2002.

BELANGER, Y. L. *Estádio olímpico em Londrina PR*. 2001. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro Universitário Filadélfia– UniFil, Londrina-PR.

Bibliotecas Públicas. Disponível em: <br.yahoo.com/fontes_de_referencia/bibliotecas/Bibliotecas_Publicas>. Acesso em 26 abr. 2002.

BUENO, S. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1996.

CAMARGO, L. O. de L. *Educação par o lazer*. 3a.ed. São Paulo: Moderna, 1998.

CAMPOS, T. C. P. *Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo em hospitais*. São Paulo: EPU, 1995.

COELHO, E.F.; Sant’Ana, M. M. *Uma alternativa de atendimento ao deficiente mental adulto*. Londrina: PML / SSPS / Seplan, 1988.

DELGADO, M. E. *Shopping center*. 1996. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Centro de Estudos Superiores de Londrina – Cesulon, Londrina – PR.

DUARTE, O. *História dos esportes*. São Paulo: Markron Books do Brasil, 2000.

Dumazedier, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ENCICLOPÉDIA CONHECER NOSSO TEMPO. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

GRAEFF, E. *Edifício*. 3. ed. São Paulo: Projeto, Cadernos Brasileiros da Arquitetura, n. 7, 1986.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

GUERRA, M. *Recreação e lazer*. 2a. ed. Porto Alegre: Sagra, 1983.

KIRK, A. S.; GALLAGHER, J. J. *Educação da criança excepcional*. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARCELLINO, N. C. *Estudo do lazer uma introdução*. 2a. ed. Campinas: Autores associados, 2000a.

_____. *Lazer: formação e atuação profissional*. 3a. ed. Campinas: Papyrus, 2000b.

PEVSNER, N. *Historia de las tipologias arquitectonicas*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.

WILSON, J. R. *A mente*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1969.

AOS COLABORADORES

A Revista TERRA E CULTURA é uma publicação semestral da UniFil. Tem por finalidade divulgar artigos científicos e/ou culturais que possam contribuir para o conhecimento, o desenvolvimento e a discussão nos diversos ramos do saber. Um artigo encaminhado para publicação deve obedecer às seguintes normas:

- 1- Estar consoante com as finalidades da Revista.
- 2- Ser escrito em língua portuguesa e digitado em espaço **1,5 (um e meio), papel tamanho A4, mantendo a configuração e formatação de acordo com as normas da ABNT**. Recomenda-se que o número de páginas não ultrapasse a 15 (quinze).
- 3- Publicar-se-ão trabalhos originais que se enquadrem em uma das seguintes categorias:
 - 3.1- Relato de Pesquisa: apresentação de investigação sobre questões direta ou indiretamente relevantes ao conhecimento científico, através de dados analisados com técnicas estatísticas pertinentes.
 - 3.2- Artigo de Revisão Bibliográfica: destinado a englobar os conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, mediante análise e interpretação da bibliografia pertinente.
 - 3.3- Análise Crítica: será bem-vinda, sempre que um trabalho dessa natureza possa apresentar especial interesse.
 - 3.4- Atualização: destinada a relatar informações técnicas atuais sobre tema de interesse para determinada especialidade.
 - 3.5- Resenha: não poderá ser mero resumo, pois deverá incluir uma apreciação crítica.
 - 3.6- Atualidades e informações: texto destinado a destacar acontecimentos contemporâneos sobre áreas de interesse científico.
- 4 - Redação:
 - 4.1) Nos casos de relato de pesquisa, embora permitindo liberdade de estilos aos autores, recomenda-se que, de um modo geral, sigam à clássica divisão:

Introdução – proposição do problema e das hipóteses em seu contexto mais amplo, incluindo uma análise da bibliografia pertinente;

Metodologia - descrição dos passos principais de seleção da amostra, escolha ou elaboração dos instrumentos, coleta de dados e procedimentos estatísticos de tratamento de dados;

Resultados e Discussão – apresentação dos resultados de maneira clara e concisa, seguidos de interpretação dos resultados e da análise de suas implicações e limitações.

- 4.2) Nos casos de Revisão Bibliográfica, Análises Críticas, Atualizações e Resenhas, recomenda-se que os autores observem às tradicionais etapas:

Introdução, Desenvolvimento e Conclusões.

- 5- Deve ser encaminhado por e-mail, para o endereço revistaterraecultura@unifil.br
- 6- O artigo deverá apresentar resumo e palavras-chaves em português e abstract e keywords em inglês.
- 7- Indicar, por uma chamada de asterisco, em nota de rodapé, a qualificação técnico-profissional do(s) autor(es), com acréscimo dos respectivos e-mails para que ocorram possíveis contatos por parte dos leitores.
- 8- O sistema de chamada para citações deverá ser o alfabético (autor-data), nesse caso, as referências deverão ser listadas por ordem alfabética ao final do Artigo, respeitando a última edição das Normas da ABNT.

A publicação do trabalho nesta Revista dependerá da observância das normas acima sugeridas, da apreciação por parte do Conselho Editorial e dos pareceres emitido pelos Consultores. Serão selecionados os artigos apresentados de acordo com a relevância a atualidade do tema, com o nº de artigos por autor, e com a atualidade do conhecimento dentro da respectiva área.

Conselho Editorial de TERRA E CULTURA

Av Juscelino Kubitschek, 1626

86020-000 – Londrina-PR.

Telefone: 43_3375-7400

E-mail: revistaterraecultura@unifil.br

www.unifil.br